



ATUAÇÃO DOS NEABI_s E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

ACTING OF NEABI_s AND THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES FOR ETHNIC-RACIAL EDUCATION IN FEDERAL PUBLIC UNIVERSITIES

Cleide Maria Fernandes de Araújo¹
Walmir Francisco de Melo²
Cristiane Maria Ribeiro³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar a produção científica sobre os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi's) no Brasil no período de 2003 a 2023 através de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, optamos pela revisão bibliográfica em fontes acadêmicas, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Base Scielo, além da consulta a livros e artigos relevantes sobre o tema. A análise dos dados se efetivou através das legislações que estabelecem diretrizes governamentais para a promoção da igualdade étnico-racial, com foco nas políticas implementadas durante os governos Lula e Dilma. Os resultados evidenciaram a relevância dos Neabi's e grupos correlatos como promotores de políticas públicas educacionais de combate ao racismo, uma vez que suas ações vão além de promover a inclusão e a valorização das culturas afro-brasileira e indígena. Eles desempenham uma função importante na promoção da diversidade cultural, combate ao racismo e à discriminação. Apesar dos avanços, ainda existem desafios, incluindo a necessidade de recursos financeiros, capacitações de membros e aprimoramento das políticas públicas para garantir que a educação étnico-racial seja promovida de forma eficaz. Portanto, entender como as políticas públicas de ações afirmativas impactam na organização e atuação dos Neabi's é essencial para otimizar suas ações na promoção da educação étnico-racial. Concluiu-se que ainda são escassas as produções acadêmicas sobre o tema Neabi's, destacando-se, assim, a necessidade de expandir futuras pesquisas para aprofundar tais reflexões e investigações, para que estas possam contribuir com o fortalecimento desses núcleos, promovendo uma educação mais igualitária e antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Neabi's. Políticas Públicas. Educação Étnico-Racial.

¹ Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí (PPGEneb/IFGoiano/Campus Urutaí). Graduada em Administração pelo Instituto de Ensino Superior Cenequista (Inesc). E-mail: cleide.6@gmail.com.

² Discente de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí (PPGEneb/IFGoiano/Campus Urutaí). Graduado em História pela Faculdade do Noroeste de Minas (Finom). E-mail: walmirmelo2008@hotmail.com.

³ Professora no Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí (PPGEneb/IFGoiano/Campus Urutaí). Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: cristiane.maria@ifgoiano.edu.br.



ABSTRACT

This article aims to identify and analyze the scientific production on the Centers for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (Neabi's) in Brazil from 2003 to 2023. This study is a bibliographical research with a qualitative approach. As for methodological procedures, we opted for a bibliographic review in academic sources, such as the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Base Scielo, in addition to consulting relevant books and articles on the topic. Data analysis was carried out through legislation that establishes government guidelines for the promotion of ethnic-racial equality, focusing on policies implemented during the Lula and Dilma governments. The results highlighted the relevance of Neabi's and related groups as promoters of public educational policies to combat racism, as their actions go beyond promoting the inclusion and appreciation of Afro-Brazilian and indigenous cultures. They play an important role in promoting cultural diversity, combating racism and discrimination. However, despite advances, challenges remain, including the need for financial resources, member training and improvement of public policies to ensure that ethnic-racial education is promoted effectively. Therefore, understanding how public affirmative action policies impact the organization and performance of Neabi's is essential to optimize their actions in promoting ethnic-racial education. It is concluded that academic productions on the topic of Neabi's are still scarce, thus highlighting the need to expand future research to deepen such reflections and investigations, and that these can contribute to strengthening these centers, promoting a more egalitarian education and anti-racist.

KEYWORDS: Neabi's. Public policy. Ethnic-Racial Education.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar a produção científica sobre os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi's) no Brasil no período de 2003 a 2023. A luta dos movimentos sociais teve um papel fundamental ao reivindicar do Estado e da sociedade brasileira a adoção de políticas públicas voltadas para o reconhecimento e a valorização da cultura e da história afro-brasileira. Essas políticas têm o propósito de reparar os danos causados aos grupos historicamente excluídos e oprimidos em nosso país (Silva, 2018).

No Brasil, as Políticas Públicas de Ações Afirmativas ganharam maior destaque a partir de 2001, quando o país participou da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, promovida pela ONU, realizada na cidade de Durban, na África do Sul (Dias, 2020).

A partir desse evento, o Brasil foi impelido a estabelecer em sua pauta, políticas públicas educacionais voltadas para a reparação dos danos causados aos grupos minoritários e a promoção da igualdade étnico-racial, reconhecendo a necessidade de ações concretas nesse sentido.

O aumento no surgimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi's) e grupos correlatos, juntamente com a regulamentação da educação para as relações étnico-raciais, impactou no sistema educacional, principalmente a partir da década de 2000. A título de exemplo, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-



brasileira e indígena nos currículos escolares, configurando-se como resposta às demandas reivindicadas por esses movimentos sociais negros (Dias, 2020).

Roza (2022), ressalta que esses Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros são espaços multifacetados de luta política antirracista, mas igualmente eles promovem encontro, acolhimento e solidariedade.

No entanto, a eficácia de tais núcleos está sujeita à existência de políticas públicas que forneçam suporte para a implementação efetiva de suas ações. A esse respeito Silva; Gomes; Regis (2018), destacam que o ensino da história e cultura afro-brasileira provoca questionamentos e demandas em determinados ambientes, interferindo nas práticas pedagógicas que sustentam esse ensino. Os autores apontam os seguintes exemplos:

Recursos financeiros e técnicos para a sua efetivação nos diferentes entes federados; a definição das orientações e ações nas redes oficiais de ensino para inserção da temática; a articulação da Lei nº 10.639/2003 com outras políticas públicas que contemplem a diversidade; formação inicial e continuada; incorporação de novos materiais didáticos e paradidáticos, visto que é crescente a produção de materiais sobre a temática e a articulação com o movimento negro para a incorporação de saberes e conhecimentos oriundos desses espaços (Silva; Gomes; Regis, 2018, p. 25).

Portanto, entender como as políticas públicas de ações afirmativas impactam na organização e atuação dos Neabi's é essencial para otimizar suas ações na promoção da educação étnico-racial. Isso permite um enfoque mais estratégico na implementação de programas e iniciativas que visam promover a igualdade e inclusão.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, optamos por realizar uma revisão bibliográfica em fontes acadêmicas, como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e base Scielo, além da consulta a livros e artigos relevantes sobre o tema. Na busca nas bases de dados, foram inseridos os descritores “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros” e “Neabi's I”.

Além disso, realizamos uma análise documental na legislação, decretos e resoluções que estabelecem diretrizes governamentais para a promoção da igualdade étnico-racial, com foco nas políticas públicas implementadas durante os governos Lula e Dilma.

Na sequência, será abordado o panorama das políticas públicas educacionais nos Governos Lula e Dilma que contribuíram para o fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica, impactando na efetivação da atuação dos Neabi's e grupos correlatos.



2 NEABI's: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E FEDERAIS

De acordo com Souza (2006), não há uma única definição considerada como a melhor para o conceito de políticas públicas. Nesse contexto, a autora sintetiza sua definição.

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2006, p. 13).

Com enfoque nas políticas públicas educacionais, Silva; Ribeiro (2019) descrevem que o começo do mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Lula, em 2003, representa uma transformação significativa, não apenas na condução das políticas de combate à desigualdade racial, influenciada pela conferência de Durban, mas também na interação entre o Movimento Negro e o Partido dos Trabalhadores – PT e, posteriormente, com o Estado.

Segundo os autores, a promulgação da Lei 10.639/03 representou um dos primeiros atos do governo Lula, modificando o artigo 26 da Lei 9.394/96 para tornar obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-brasileira". Essa inclusão abrange a história da luta dos negros no Brasil, sua cultura e sua contribuição na formação da sociedade nas áreas social, econômica e política. Além disso, no artigo 79-B, que inicialmente se referia apenas aos indígenas, foi adicionado um item relacionado aos negros: o Calendário Escolar passou a incluir o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

A atuação do movimento social negro produziu efeitos significativos no programa e na execução do governo Lula. Pela primeira vez na história do país é criada uma Secretaria Especial, com status de ministério, responsável pela implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades raciais no Brasil (Silva; Ribeiro, 2019, p. 89 e 90).

Isto posto, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial – SEPPPIR, foi criada em 2003. Segundo Roza (2022), foi um passo “pensando na necessidade de ir além das políticas universais, tendo em vista as particularidades de grupos raciais socialmente marginalizados e a intrínseca relação entre raça e desigualdades sociais” (Roza, 2022, p. 84).



Nesse contexto, é fundamental destacar a relevância dos Neabi's como agentes impulsionadores na concretização das iniciativas voltadas para a promoção da educação para as relações étnico-raciais. Essa prerrogativa pode ser constatada na Resolução nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação.

Tanto o Parecer CNE/CP 03 - 10 de março de 2004, quanto a Resolução nº 01/2004 – 17 de junho 2004 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. No que concerne à Resolução nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, ela apresenta o seguinte:

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino (Brasil, 2004, p. 2).

Em 2005 e 2009, foram realizadas a I e II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, respectivamente. Conforme narram Silva; Ribeiro (2019), as propostas apresentadas nos eventos forneceram suporte para a constituição do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

[...] serviram de base para a constituição do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), aprovado por Decreto em junho de 2009. Organizado em doze eixos de atuação, visa apoiar, fomentar, promover e estimular ações para grupos específicos (populações negra, indígena, quilombola e cigana) e segmentos ainda mais específicos dentro desses grupos (Silva; Ribeiro, 2019, p. 92).

Concomitante a este contexto, ocorreu a promulgação da Lei 11.645/2008, datada de 10 de março de 2008. Esta lei acrescentou, além da obrigatoriedade do ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, a obrigatoriedade do ensino de história e de cultura dos povos indígenas.

Também foi criada a Lei 12.288, de 20 de julho de 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial com o propósito de “garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2010).

Em relação ao governo Dilma Roussef, acrescenta-se que ele deu continuidade e ampliou as políticas de promoção da igualdade racial, especialmente na educação, estabelecidas no Governo Lula:



Nesse contexto, destaca-se a implementação da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Além disso, cabe mencionar a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e o Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013 regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR (Brasil, 2012, 2013).

Segundo Silva e Ribeiro (2019, p. 82), uma das principais políticas públicas destinadas a minimizar as desigualdades étnico-raciais no país são as “Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais assumem a forma de políticas educacionais de reconhecimento e de valorização dos povos nos conteúdos de ensino”.

Nesse sentido, Santos, Santos e Peixoto (2016) enfatizam que o panorama político e econômico instituído no governo Lula foi propício para o desenvolvimento dos Neabi’s.

O cenário político e econômico estabelecido após a instalação do governo do Presidente Lula favoreceu a criação e o incremento de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas _ NEABIs no interior das universidades. De imediato, esses núcleos passaram a congregiar velhos e novos ativistas negros(as) e não negros(as) que estavam na universidade e tinham compromisso com as questões étnico-raciais. Nesse mesmo cenário, desenvolveram-se projetos de formação docente sob a ótica das políticas de promoção da igualdade racial interessada em efetivar as conquistas legais (Santos; Santos; Peixoto, 2016, p. 145).

De acordo com Ferreira e Coelho (2019), o período compreendido entre 2010 e 2016 foi marcado por um significativo aumento no estabelecimento de Neabi’s nos Institutos Federais.

Complementando os dados de Ferreira e Coelho (2019) e Farias (2022) destaca a relevância da atuação dos Neabi’s nas instituições de ensino superior. Esses núcleos desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão de questões étnico-raciais e da diversidade. Além disso, oferecem formação complementar e ações extensionistas que objetivam suprir lacunas curriculares, contribuindo para uma formação mais equitativa e consciente.

Os NEABI’s apresentam um grande potencial de formação antirracista nas instituições de ensino superior, muitas vezes como ensino complementar ou em ações extensionistas que vão além do currículo formal, já que não são todos os cursos de graduação (especificamente de licenciaturas) que possuem em suas grades curriculares uma disciplina voltada para a História e Cultura Africana e Afrodescendente e relações étnico-raciais; sendo ainda, um lugar de (auto)formação docente, um dos objetivos centrais destes núcleos está em proporcionar atividades formativas voltadas para as questões no campo da diversidade e para a educação das relações étnico-raciais, ausentes no currículo de formação inicial e formação continuada dos docentes, quebrando assim o chamado “círculo vicioso” persistente no sistema educacional brasileiro (Farias, 2022, p. 32).



Os Neabi's desempenham uma posição ativa e essencial na implementação, implantação e institucionalização da Lei 10.639/2003, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, assim como o Plano Nacional de implementação dessas diretrizes (Silva, 2019).

Oliveira (2014), parte do princípio de que a educação é um local propício a formação humana, repleto de tensão e conflito, onde se enfrenta uma batalha diária contra o racismo e as desigualdades sociorraciais. Além disso, ressalta que este espaço é visto como um campo de luta, onde práticas políticas e ideológicas devem ser levadas em conta ao propor projetos para transformar esse local. O autor destaca a função dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos como coletivos comprometidos na batalha contra o racismo no meio acadêmico.

De acordo com o autor a atuação desses coletivos abrange instituições de ensino técnico e médio, tanto em nível federal quanto estadual. Trata-se de um acontecimento recente que foi gerado pela demanda da Lei 10.639/2003 e, posteriormente, pela ampliação na promulgação da Lei 11.645/2008, que incluiu os povos indígenas.

Para este autor, ao atuarem coletivamente nos Neabi's, os pesquisadores negros estão demonstrando capacidade de: destacar a diversidade, denunciar os obstáculos e a falta de recursos, reunir e fortalecer conexões entre pesquisadores negros(as) ou não, analisar, reconstruir e reinterpretar o papel dos negros e sua experiência na história do Brasil, fortalecer a luta contra o racismo através da implementação de políticas de cotas para negros em diversas instituições, definir uma agenda de estudos e pesquisas abrangente relacionadas aos estudos afro-brasileiros e a diáspora Africana.

Seguindo essa linha de raciocínio, Silva (2019), ressalta que dentre os diversos benefícios decorrentes da inclusão desses intelectuais negros no espaço acadêmico, destaca-se sua atuação como agentes coletivos de seu próprio conhecimento científico, ocupando posições de destaque no ambiente acadêmico local quanto nacional, nos grupos de pesquisa e na formação de professores. Além disso, esses grupos de intelectuais negros:

organizam e criam associações científicas, a exemplo dos Neab's, produzindo conhecimentos com o objetivo de dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociocracias e suas vivências (Silva, 2019, p. 27).



Nesse aspecto, ressalta-se que Associação Brasileira de Pesquisadores Negros(as) – ABPN⁴, desempenha um papel relevante ao promover e defender as produções científicas realizados por pesquisadores negros. Estabelecida em novembro do ano 2000, é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, tendo por finalidade “o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica sobre temas de interesse das populações negras do Brasil” (ABPN, 2024).

De acordo com Silva (2019), além da ABPN propor iniciativas para fortalecer institucionalmente o debate sobre a relações raciais, ela impulsionou o surgimento do CONNEAB:

A ABPN impulsionou o surgimento da rede nacional de Neab's, denominado Consórcio Nacional de Neab's – CONNEAB e ambos se tornaram lócus privilegiados de aglutinação, articulação, debates, propostas de estudos e pesquisas de intelectuais negros/as que atuam com a temática das relações raciais no ambiente acadêmico e não acadêmico (Silva, 2019, p. 24).

A esse respeito, é importante destacar que a ABPN, ao impulsionar o surgimento do CONNEAB, colaborou para a criação de um espaço propício para que os pesquisadores, especialmente negros, possam discutir e desenvolver pesquisas sobre relações raciais. Este espaço não apenas possibilita a produção acadêmica e a disseminação de conhecimentos, mas também promove a implementação de políticas públicas e práticas educativas, que visam combater o racismo e promover igualdade racial.

Ao reconhecer a importância dos Neabi's como agentes ativos essenciais na proposição e execução de práticas antirracistas, este estudo objetivou identificar as pesquisas que foram produzidas no Brasil nos últimos anos sobre a temática. A metodologia adotada para este estudo incluiu a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. De acordo com Lakatos; Marconi (2003), uma pesquisa bibliográfica não se limita a repetir o que já foi dito ou escrito sobre um tema. Em vez disso, permite examinar o assunto a partir de novas perspectivas ou abordagens, levando a descobertas inovadoras.

Para Freitas; Prodanov (2013), na abordagem qualitativa, o ambiente serve como a principal fonte de dados para a pesquisa. Nesse contexto, as questões são investigadas no seu cenário natural, sem qualquer intervenção deliberada por parte do pesquisador e por isso, conduzimos uma análise abrangente das produções acadêmicas sobre os Neabi's, fazendo um mapeamento sistemático dessas produções na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD.

⁴Fonte: Disponível em: <https://abpn.org.br/> Acesso em: 04 abr. 2024.



Os critérios de inclusão definidos na pesquisa foram os seguintes: a data da publicação (2003 a 2023); descritores “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e/ou Neabi; idioma: trabalhos publicados em português; campo de pesquisa: trabalhos que mencionam Neabi no título e em todos os campos; relevância do tema: trabalhos que abordem diretamente a atuação do Neabi nas instituições de ensino. Para exclusão utilizamos os critérios de falta de relevância: trabalhos que, apesar de mencionarem os descritores, não apresentam uma relevância direta ao tema; trabalhos duplicados e trabalhos que não estejam acessíveis integralmente ou que não possam ser obtidos por meio das bases de dados disponíveis.

Assim, em uma primeira busca utilizamos o descritor "Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros" em todos os campos, resultando em 85 trabalhos, sendo 67 dissertações e 18 teses. Ao refinar a busca por assunto, identificamos dois trabalhos com o tema Neabi, no entanto ao lermos os resumos, constatamos que não atendiam aos critérios de inclusão.

Na segunda busca, utilizando os descritores "Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros" e "Neabi" em todos os campos, obtivemos 18 trabalhos, sendo 17 dissertações e 1 tese. Ao refinar a busca por assunto, encontramos um trabalho que se repetia. Após a leitura do resumo, confirmamos que atendia aos critérios de inclusão, sendo, portanto, selecionado.

Na terceira busca, utilizamos o descritor "Neabi" no título e em todos os campos, resultando em 6 trabalhos, sendo 5 dissertações e 1 tese. O trabalho selecionado na etapa anterior, repetiu-se nessa fase. Assim, selecionamos todos os trabalhos encontrados nessa fase e realizamos a leitura dos resumos de cada um. Após essa análise, confirmamos que todos os trabalhos selecionados abordavam diretamente a atuação dos Neabi's, atendendo aos critérios de inclusão estabelecidos.

Em seguida, procedemos à leitura integral dos trabalhos, o que nos permitiu elaborar uma síntese dos estudos, compreendendo os objetivos, a metodologia e os resultados encontrados em cada pesquisa.

Além disso, cabe destacar que essas produções acadêmicas coadunam com o objetivo comum de enfatizar o papel do Neabi como impulsionador da educação étnico-racial, engajado nos três pilares indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão.

O Quadro 1, a seguir, ilustra as produções acadêmicas selecionadas indicando o título do trabalho, o autor, e o ano de publicação e o tipo de trabalho produzido.



Quadro 1 – Relação de produções acadêmicas selecionadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD

Título	Autor	Ano	Tipo
Negros(as) e a luta por reconhecimento na Universidade: O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS	Marta Mariano Alves	2017	Dissertação
Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (Neab) AYÓ: uma experiência em uma escola da rede municipal de educação do Rio de Janeiro	Gustavo Pinto Alves da Silva	2018	Dissertação
Pedagogia da diversidade: a contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) da Universidade Federal do ABC (UFABC) para a formação continuada dos (as) professores (as) no contexto de uma educação antirracista	Daniela Pinheiro de Oliveira	2020	Dissertação
Os Neabi's como espaços de problematização e aprendizagem dos processos históricos e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros: vivências na educação básica	Carla Cristina Goulart Farias	2022	Dissertação
Caminhos para a construção da interculturalidade: a relação entre a extensão universitária e a comunicação pública no Neabi-IFPR	Juliana Marques Borghi	2022	Dissertação
Neabi/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais	Rosa Maria da Silva	2022	Tese

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A leitura das pesquisas mostrou, por exemplo, que o estudo de Alves (2017), intitulado “Negros(as) e a luta por reconhecimento na Universidade: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS” teve como objetivo analisar atuação, avanços, desafios, bem como identificar atores, lutas e disputas por reconhecimento presentes no NEAB ou correlatos e na sua relação com a UFRGS, no processo de efetivação de suas atribuições. A



metodologia adotada foi o estudo de caso, com aplicação de entrevista semiestruturada com os membros fundadores do NEAB/UFRGS.

A pesquisa revelou que a posição periférica do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros -NEAB no organograma da UFRGS compromete a implementação plena de suas atribuições. O NEAB possui diversas parcerias internas e externas, mas carece de uma estrutura organizada para manter e fortalecer esses vínculos, como um fórum ou coletivo gerido pelo próprio núcleo. Além disso, não há um diálogo contínuo e institucionalizado entre o NEAB e os Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-racial ou Conselhos de Educação.

Outra constatação da pesquisa é que o NEAB não consegue implementar integralmente as diretrizes estabelecidas pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004, pela Resolução CNE/CP nº 01/2004 e pelo Plano Nacional de 2009. Os desafios enfrentados incluem obstáculos logísticos, estruturais e ideológicos. A luta por reconhecimento do povo negro, no contexto do NEAB e da UFRGS, é marcada por contradições, desafios e obstáculos, manifestados através de barreiras sistêmicas e resistências individuais.

Por outro lado, o estudo mostra que há avanços em relação ao debate étnico-racial, principalmente através de ações de extensão universitária, e que novas propostas nas áreas de ensino e pesquisa estão sendo pensadas e implementadas pelo NEAB.

Por sua vez, Silva (2018), a pesquisa “Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) AYÓ: uma experiência em uma escola da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro” teve como objetivo analisar a trajetória histórica, política e pedagógica que marca a criação do NEAB dentro de uma escola de ensino fundamental, buscando refletir acerca das ações que impactam no cotidiano dos alunos, professores e comunidade do entorno, visando uma formação antirracista. Em termos metodológicos, o autor emprega as narrativas dos indivíduos envolvidos com o NEAB, incluindo professores, diretores e alunos, para refletir sobre a formação docente e as práticas pedagógicas em alinhamento com as exigências de uma educação antirracista.

Os resultados da pesquisa revelam que o NEAB tem contribuído continuamente para a capacitação de docentes e funcionários, promovendo uma educação focada nas relações étnico-raciais. O núcleo desenvolve propostas de intervenção que são disseminadas tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Além disso, as experiências do núcleo refletem um novo fazer pedagógico que busca a valorização em seus múltiplos aspectos, promovendo o respeito às diferenças. A pesquisa também destaca a fragilidade na formação de professores em relação à educação sobre relações étnicas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro.



Em “Pedagogia da diversidade: a contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do ABC (UFABC) para a formação continuada dos (as) professores (as) no contexto de uma educação antirracista”, Oliveira (2020) investiga e analisa a formação continuada oferecida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do ABC e suas repercussões na prática docente de seus cursistas, na confluência da conscientização para uma educação antirracista.

As descobertas da pesquisa indicam que as pesquisas apontadas no estado de arte para a formação continuada dos professores voltadas à educação antirracista, particularmente nos Núcleos de Estudo Afro-brasileiro - NEAB, revelam-se ainda insuficiente. A capacitação que promove uma pedagogia da diversidade e a conscientização para práticas antirracistas é pouco explorada, conforme demonstram os dados dos principais repositórios científicos.

Os resultados discutidos no curso de formação continuada no NEAB destacam grandes lacunas na formação inicial de professores. Conteúdos específicos sobre História e Cultura Afro-Brasileiras e Educação Antirracista são raramente aprovados, senão com predominância de disciplinas optativas. Isso gera a necessidade de formação continuada para alcançar um preparo mínimo. Além disso, há uma falta de especialistas em várias áreas, dificultando o aprofundamento e a análise de temas relacionados à História da África e a Cultura Africana e Afro-Brasileira.

A formação continuada promovida pelo NEAB da UFABC teve um papel fundamental na ampliação da conscientização dos participantes, proporcionando uma prática pedagógica focada em estratégias para combater as desigualdades étnico-raciais, o racismo e o preconceito nos ambientes educativos. Os conteúdos apresentados pelos professores foram eficazes, contando com a participação ativa dos cursistas.

A análise dos dados revelou também, o compromisso do NEAB-UFABC com a dimensão formativa, evidenciado pela organização de materiais de apoio e a mobilização de docentes para a realização dos cursos. As entrevistas demonstraram o comprometimento dos cursistas em enfrentar os mecanismos eurocêntricos que perpetuam a história de apagamento e reafirmam o discurso hegemônico.

Farias (2022), em sua pesquisa “Os Neabi’s como espaços de problematização dos processos culturais dos povos africanos e afro-brasileiros: vivências na educação básica” objetivou identificar os Neabi’s e coletivos antirracistas como espaços potencializadores de novas formas de organização do conhecimento na educação básica, como espaço autônomo de produção de consciência crítica. Os procedimentos metodológicos empregados pela autora compreenderam



uma abordagem qualitativa de natureza descritiva. Foram realizadas entrevistas com coordenadores do Neabi e com uma professora da educação básica integrante de um coletivo que promove práticas antirracistas na escola.

Durante a pesquisa, a autora identificou três pontos principais nas experiências reveladas através das narrativas. Inicialmente, foi a hierarquização das funções nos espaços acadêmicos, refletida na falta de envolvimento e parceria por parte de algumas gestões. Segundo a autora, as narrativas dos entrevistados sobre os obstáculos e silenciamentos por parte da gestão revelaram, mesmo que de maneira sutil, os efeitos do racismo institucional no cotidiano escolar.

A pesquisa identificou a burocratização como um segundo obstáculo a ser superado. Os processos burocráticos relacionados a regulamentos e financiamentos dificultaram a criação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), como o NEAB Ayó e o NEABCP2. Além disso, grupos de professores interessados em transformar suas práticas em objetos de pesquisa e compartilhá-las por meio de um Núcleo de Estudos enfrentaram a burocracia como um desafio. No entanto, essa dificuldade é superada com a formação do Coletivo Agbalá.

O terceiro ponto, segundo Farias (2022) não se refere a um obstáculo, mas a uma força presente em todas as narrativas: o protagonismo e a autonomia dos estudantes, incentivados pelas práticas dos professores. A pesquisa revelou que os estudantes se sentem estimulados a discutir questões de racismo, participar de seminários em outro campus e compartilhar suas experiências com novos professores. A autora acrescenta, que esses exemplos, coletados nas entrevistas, demonstram o poder dos espaços de aprendizagem e troca horizontal. Embora existam obstáculos à criação de um NEAB, é fundamental considerar alternativas como coletivos, fóruns permanentes, seminários e grupos de pesquisa correlatos ou outros que promovam discussões sobre os processos históricos e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros, tanto dentro quanto fora das escolas.

Borghi (2022), na pesquisa “Caminhos para a construção da interculturalidade: a relação entre a extensão universitária e a comunicação pública no Neabi-IFPR”, objetivou analisar como a comunicação pública pode fortalecer processos de participação social e interesse público associados à prática da extensão no desenvolvimento de ações que contemplem a interculturalidade em dois projetos (afro-brasileiro e indígena), relacionados ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - Neabi do Instituto Federal do Paraná - IFPR, por meio da percepção dos atores sociais participantes destas propostas.

Entre os procedimentos metodológicos adotados pela autora, estão: revisão bibliográfica, pesquisa documental, observação sistemática, survey com participantes dos dois projetos de



extensão, e entrevistas em profundidade com coordenadores, e semiestruturadas com os demais integrantes selecionados a partir da aplicação do survey. Os dados coletados nas entrevistas foram analisados por meio da análise de conteúdo.

A pesquisa revelou que a percepção dos integrantes dos projetos de extensão é fundamental para promover a transformação da realidade. Além disso, destacou que a extensão promove pertencimento, confiança e respeito entre as pessoas. O trabalho desenvolvido pelo Instituto Federal do Paraná, por meio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, apesar de recente, vem contribuindo com ações, que por intermédio da educação podem possibilitar mudanças reais.

A pesquisa também mostrou que, apesar das dificuldades, é possível abordar o racismo, o preconceito e a desigualdade através da educação e do diálogo, rompendo barreiras e propondo novas alternativas. A autora menciona que em ambos os projetos analisados, o diálogo foi um elemento central, fortalecendo o desenvolvimento da extensão e a construção do processo intercultural. As análises realizadas sugerem que a comunicação horizontal e bidirecional enriquece as relações humanas, conforme relatado pelos entrevistados.

A tese de Silva (2022), Neabi/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais, objetivou identificar e descrever quais ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) colaboraram para a aplicação de uma educação para as relações étnico-raciais. A metodologia da pesquisa foi baseada em uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando a pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com a autora, a investigação no IFTM Campus Uberaba, por meio das ações do Neabi, revelou que o núcleo promove debates e conscientização sobre o racismo, contribuindo para uma educação antirracista. No entanto, enfrenta desafios significativos devido à falta de recursos financeiros, físicos e humanos.

As dificuldades encontradas pelo Neabi refletem um sistema de racismo estrutural e institucional. A insuficiência de recursos disponibilizados contribui para a perpetuação do racismo.

Os principais resultados identificados incluem: a realização de seis ações pelo Neabi em 2019, a presença de políticas de ações afirmativas em alguns documentos do IFTM, e as dificuldades do Neabi decorrentes do racismo estrutural e institucional. Apesar dessas dificuldades, o Neabi conseguiu promover o debate e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre as questões étnico-raciais.

Dessa forma, as pesquisadas analisadas destacaram que a importância dos Neabi's transcende a simples formação em educação para as relações étnico-raciais. Além disso, enfatizam



o papel importante que desempenham na promoção do conhecimento, da conscientização e do respeito pelas culturas afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino e na sociedade como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar a produção científica sobre os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi's no Brasil no período de 2003 a 2023. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, recorrendo a uma revisão de literatura em fontes acadêmicas como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a base Scielo, além da consulta a livros e artigos relevantes sobre o tema. Foram analisados seis trabalhos produzidos no Brasil nos últimos anos sobre essa temática, sendo cinco dissertações e uma tese.

Entre as principais dificuldades identificadas, destacam-se: as lacunas na formação inicial e continuada de professores, a burocratização dos processos regulatórios e de financiamento, o racismo estrutural e institucional, além da insuficiência de recursos financeiros, físicos e humanos.

Diante das constatações, é nítida a relevância dos Neabi's e grupos correlatos enquanto políticas públicas educacionais de combate ao racismo, visto que suas ações vão além de promover a inclusão e a valorização das culturas afro-brasileira e indígena. Eles desempenham uma função importante na promoção da diversidade cultural, combate ao racismo e discriminação, orientam e promovem práticas pedagógicas antirracistas, capacitando educadores e estimulando a inclusão de conteúdos relacionados à temática no sistema de ensino.

Esses núcleos constituem ambientes que favorecem a educação, sensibilização, conscientização e a orientação a respeito das dinâmicas étnico-raciais, com o intuito de desconstruir o racismo e combater as desigualdades.

Ainda são escassas as produções acadêmicas sobre o tema Neabi's, destacando-se, assim, a necessidade de realizar pesquisas para aprofundar tais reflexões e investigações. Além disso, é esperado que a pesquisa sobre os Neabi's como política pública educacional possa fortalecer e aprimorar esses núcleos, impulsionando a inclusão e o desenvolvimento cultural. Investimentos em formação docente, desburocratização de processos e aumento de recursos são essenciais para assegurar a continuidade e a ampliação das contribuições desses núcleos na promoção da igualdade racial e do respeito às diversidades culturais nas instituições de ensino e na sociedade como um todo.



Dessa forma, dar voz e vez aos Neabi's significa a possibilidade de estimular o empoderamento da identidade negra. É permitir que os afrodescendentes e indígenas tenham voz e vez, participem ativamente nas discussões e na formulação das políticas públicas educacionais, e contribuam plenamente para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marta. Mariano. **Negros(as) e a luta por reconhecimento na universidade: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB) da UFRGS**. 165f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS. **Institucional**. Disponível em: <https://abpn.org.br/institucional/> Acesso em 07 mar. 2024

BORGHI, Juliana Marques. **Caminhos para a construção da interculturalidade: a relação entre a extensão universitária e a comunicação pública no NEABI – IFPR**. 252f. Universidade Federal do Paraná, Dissertação (Mestrado), 2022.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial**, Relatório final. Brasília: SEPPPIR, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**, Brasília: SEPPPIR, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.872**, de 4 de junho de 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm. Acesso em 05 mar 2024

BRASIL. **Decreto nº 8.136**, de 5 de novembro de 2013. Aprova o Regulamento do Sistema de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2013/Decreto/D8136.htm. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 mar. 2024

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede



de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. **Lei 10.678**, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. SEPPPIR. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.678.htm. Acesso em: 14 mar 2024.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Lei nº12.288**, de 20 de junho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CNE/CP nº 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_003.pdf?query=etnico%20racia. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CP n.º 1/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_res01_04.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CP n.º 1/2024. Altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=254451-rcp001-24&category_slug=janeiro-2024&Itemid=30192. Acesso em: 15 abr. 2024.



BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

DIAS, Érica Fernandes. **Avaliação de políticas públicas de ações afirmativas: a implementação dos NEABIs - Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - no IFCE e as transformações nas relações étnico-raciais**. 146f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, 2020.

FARIAS, Carla Cristina Goulart. **Os NEABIs como espaços de problematização e aprendizagem dos processos históricos e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros: vivências na educação básica**. 96f. Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

FERREIRA, Anne de Matos Souza, CELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABS) institucionalizados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS) no período de 2006 a 2017**. 2019 Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v9n5/2237-9460-exitus-9-05-215.pdf> Acesso em: 12 abr. 2024.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas 2003.

OLIVEIRA, Daniela Pinheiro de. **Pedagogia da diversidade: a contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do ABC (UFABC) para a formação continuada dos (as) professores (as) no contexto de uma educação antirracista**. 236f. Dissertação (Mestrado), Universidade Nove de Julho. 2020.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEAB's. **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. vol.7. n° 2. Rio de Janeiro, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ONU. **Declaração e Plano de Ação**. III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, 2001. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-10/declaracao_durban.pdf Acesso em: 04 abr. 2024

ROZA, Isis Silva. **Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da região sudeste**. 259f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

SANTOS, Adilson Pereira dos; SANTOS, Erisvaldo Pereira dos; PEIXOTO, Silvana Vanêssa. O NEABI/UFOP e a formação inicial e continuada de professores. In: MARQUES, Eugênia. Portela de Siqueira. SILVA, Wilker. (org.) **Educação, Relações Étnico-Raciais e Resistência: as**



experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. São Paulo: Triunfal Gráfica e Editora, 2016.

SILVA, Gustavo Pinto Alves da. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) Ayó: uma experiência em uma escola da rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro.** 84f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. A Associação Brasileira de pesquisadores/as negros (ABPN) e os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs): produções antirracistas. **Prelúdios**, Salvador, v8, n8, jul/dez, 2019.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. RIBEIRO, Maria Sílvia. Diversidade cultural nas Políticas Públicas: uma análise das Leis 10.639/03 e 11.645/08. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. X, N° X, p. 77 - 101, Edição Especial, 2019.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista; GOMES, Nilma Lino; REGIS, Kátia. A proposta e seus objetivos. In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; REGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Org.) **Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte.** Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018.

SILVA, Rosa Maria da. **NEABI/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais.** 169f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 16, n. 39, 2006.

Enviado em: 04/05/2024
Aceito em: 15/10/2024